

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 536.520 - SP (2019/0293494-6)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : ALISSON OLIVEIRA DE SOUZA CRUZ**  
**ADVOGADO : ALISSON OLIVEIRA DE SOUZA CRUZ - SP387492**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : FELIPE RODRIGUES DA SILVA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de FELIPE RODRIGUES DA SILVA, apontando como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, objetivando, liminarmente e no mérito, a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em seu patamar máximo, o abrandamento do regime prisional e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

É o relatório.

DECIDO.

Conforme relatado, busca a defesa, em liminar e no mérito, a aplicação do redutor do § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06, em seu patamar máximo, o abrandamento do regime prisional e a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

O Tribunal *a quo* não conheceu do *habeas corpus* ali impetrado, ao argumento de que a pretensão de reforma da sentença prescinde de recurso adequado, inclusive já interposto (fls. 25-26):

**A presente ordem não comporta conhecimento.**

Isto porque, **descabe no presente *writ*, a pretendida alteração da pena e do regime prisional fixados por ocasião da prolação da sentença condenatória.**

Isto porque, conceder a este remédio constitucional tamanho alcance, indubitavelmente, fomentaria decisões temerárias e periclitantes à segurança jurídica.

Da mesma forma, já se pronunciou a Colenda Corte Superior de Justiça:

*"O âmbito restrito do habeas corpus não se presta para atender pedido de modificação do regime inicial do cumprimento de pena, pois depende de prova complexa a ser apreciada no juízo das execuções que, conforme critérios determinados pelo art. 59 do Código Penal, e atendidos os fatores personalíssimos do réu, melhor fará a valoração, ainda mais que pretende a sentença de recurso de apelação quando, aí sim, se apreciará o caso concreto.*

*Recurso de habeas corpus improvido." (RSTJ 06/185).*

# Superior Tribunal de Justiça

Ademais, **há previsão de recurso específico** apto a amparar a pretensão do paciente, a saber, **recurso de apelação**, nos termos do artigo 593, do Código de Processo Penal, o qual constitui veículo amplo e hábil a comportar revolvimento da prova e a análise de circunstâncias objetivas e subjetivas, **inclusive já interposto pelo ora paciente**.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO DA IMPETRAÇÃO.

Como se observa, a Corte de origem não analisou a matéria, consignando haver recurso de apelação do paciente pendente de análise, no qual devolve o exame de todo o conjunto fático-probatório.

Desse modo, incabível a análise originária da matéria – revisão da dosimetria da pena, fixação de regime inicial de cumprimento de pena e substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos – por este Tribunal Superior, sob pena de indevida supressão de instância.

Ademais, não há falar em constrangimento ilegal na espécie, em face do não conhecimento da impetração originária, porquanto o acórdão impugnado está em sintonia com a jurisprudência do STJ, segundo a qual se mostra prematura a revisão do regime prisional, na via do *habeas corpus*, **quando interposta apelação na origem** (conforme consignado a fl. 26), recurso próprio à análise das alegações. Nesse sentido:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. NÃO CABIMENTO. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. NEGADO O DIREITO A RECORRER EM LIBERDADE. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. CIRCUNSTÂNCIAS DO DELITO. QUANTIDADE E NATUREZA DELETÉRIA DAS DROGAS APREENDIDAS. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA. RÉU QUE PERMANECEU PRESO DURANTE A INSTRUÇÃO DO PROCESSO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. INSUFICIÊNCIA. NEGATIVA DE AUTORIA. DOSIMETRIA DA PENA. **REGIME INICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.** HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

(...)

7. As alegações referentes à negativa de autoria, à reforma da reprimenda e à fixação de regime inicial mais brando, não foram analisadas pelo Tribunal a quo, diante da existência de recurso de apelação criminal pendente de julgamento. Assim, fica inviabilizada a análise direta da irresignação por esta Corte Superior, sob pena de se incidir em indevida supressão de instância.

Habeas corpus não conhecido.

(HC 444.443/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 21/08/2018, DJe 31/08/2018)

PENAL. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO RECEBIDO COMO

# *Superior Tribunal de Justiça*

**AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. ROUBO MAJORADO. REGIME INICIAL. DETRAÇÃO PENAL. MATÉRIAS NÃO ANALISADAS PELO TRIBUNAL DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. APELAÇÃO PENDENTE DE JULGAMENTO. AGRAVO IMPROVIDO.**

1. Não se conhece de matéria que não foi apreciada na origem, sob pena de supressão de instância. Ademais, mostra-se prematura a análise dos temas na via do habeas corpus, quando pendente de julgamento a apelação, recurso próprio à análise das aludidas alegações.

2. Reconsideração recebida como agravo regimental, a qual se nega provimento.

(RCD no HC 435.508/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 06/03/2018, DJe 14/03/2018)

Ante o exposto, indefiro liminarmente o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator